



INTRODUÇÃO

Em 2004, o Governo Federal, através do Ministério das Cidades, aprovou a Política Nacional de Habitação que, posteriormente, irá instituir o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. Esse sistema estabelece algumas diretrizes para a implantação da Política Nacional de Habitação nas cidades, que são: as bases de um desenho institucional participativo e democrático e a integração entre os três níveis de governo e os agentes públicos e privados envolvidos na questão habitacional. Além disso, ainda define regras que asseguram a articulação de recursos necessária para a implantação dessa Política.

Essa Política Habitacional baseia-se também, na Lei Federal 1025/01, conhecida como Estatuto da Cidade, que expõe o direito à moradia não só como o direito a uma unidade habitacional, mas como direito pleno à cidade e a todos os benefícios urbanos que ela pode oferecer.

Neste contexto, o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Naviraí é um planejamento que tem como objetivo apontar caminhos e diretrizes para que ocorra não só uma redução das necessidades habitacionais locais, mas um constante monitoramento das mesmas.

Este planejamento está sendo construído com objetivo de elaborar-se um documento referencial e estratégico e contínuo para o planejamento urbano e habitacional no Município e por consequência colocar Naviraí em consonância com as Políticas nacionais de habitação, requisito básico para que recursos financeiros do Fundo Nacional cheguem até o Município.

Desta forma segundo as orientações dos Planos Locais, orientadas pelo Conselho do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, este plano está pautado pela promoção da participação social, da integração institucional e da capacitação municipal, sendo assim está promovendo a articulação e a integração das políticas. Resume também os avanços da elaboração de um sistema de informações orientador da tomada de decisão e monitoramento das ações das políticas habitacionais.



As diretrizes estabelecidas determinam que o Plano deva ter eixos orientadores. São eles: melhorar as condições de habitabilidade dos núcleos de assentamentos precários; ampliar o acesso à moradia digna, na área urbana e rural; fortalecer a capacidade técnica institucional dos agentes públicos na área de planejamento, serviços urbanos, gestão territorial e política habitacional; e aperfeiçoar instrumentos e mecanismos para implementação da política habitacional.

O presente volume trata-se do Diagnóstico do Setor Habitacional, segunda etapa das quatro preconizadas pelo Ministério da Cidade para compor o Plano Local de Habitação de Interesse Social de Naviraí, são elas: Metodologia, Diagnóstico, Estratégias de Ação, Minuta de Lei. Tal etapa trata-se da elaboração de uma base para a construção das Estratégias de Ação no âmbito local.

O diagnóstico do Município de Naviraí é resultado de encontros junto aos atores sociais que, de alguma forma, envolveram-se na realização do mesmo. Com base em um conjunto de dados sistematizados que o Município disponibilizou este levantamento não pretende ser apenas um apontador dos problemas habitacionais locais, e sim uma leitura articulada da realidade local e uma aproximação consistente dos problemas.

Esta etapa visa compreender o contexto do desenvolvimento local e regional e as ações que os determina, tendo como objetivo proporcionar uma visão acerca de questões relativas ao setor habitacional e suas áreas afins, enfatizando a questão da Habitação de Interesse Social no Município de Naviraí.

Para compor o Diagnóstico, somaram-se dados cedidos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, SEMAC (Secretaria do Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia), PDM (Plano Diretor Municipal) e outras fontes teóricas sobre o assunto com as informações adquiridas tanto nas reuniões temáticas, que totalizaram três e contaram com a presença dos servidores municipais do grupo de trabalho temático. Nas duas audiências, nas quais a utilização do método de trabalho em grupo proporcionou a contribuição direta da comunidade com suas opiniões, necessidades e reclamações no tocante à questão habitacional no Município.



A equipe de trabalho elegeu nove temas durante o a Etapa I, estes temas formam a base para estruturar o presente relatório, quais sejam: Inserção regional e características do Município; Atores sociais e suas capacitações; Necessidades habitacionais; Oferta habitacional; Marcos regulatório e legal; Condições institucionais e administrativas do Município; Identificar programas; Identificar ações e recursos para financiamento; e Preparar processo de qualificação.

1. INSERÇÃO REGIONAL E CARACTERIZAÇÃO MUNICIPAL

O Município de Naviraí está localizado na região Sudoeste do Mato Grosso do Sul na microrregião de Iguatemi. Com latitude: 23°03'54" S e longitude: 54°11'26" O. Está situada a 350 km de Campo Grande, capital do estado do Mato Grosso do Sul.

Figura 1.1: Localização do Município de Naviraí



Fonte: SEMAC/MS - Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul, 2011.

 Localização do Município



Naviraí faz divisa ao norte com o Município de Jateí, ao sul com os Municípios de Itaquiraí e Iguatemi, a leste com o estado do Paraná e a oeste com o Município de Juti.

Naviraí está inserido na Região do Cone-sul – MS contemplando os Municípios de Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Japorã, Mundo Novo, Naviraí e Juti. Segundo o IRS-MS/2009, a Região do Cone-sul tem participação representativa do Município de Naviraí na formação de sua riqueza.

Figura 1.2: Localização do Município de Naviraí



Fonte: IRS-MS, 2009.



A principal Rodovia que liga Naviraí ao Norte e ao Sul do Brasil é a BR-163, Possui uma área total de 3.193,84 km², sendo 7,38 km² considerados área urbanas, divida em 30 bairros e o Distrito porto Caiuá, totalizando aproximadamente 0,23% da área total do Município, os restantes 3.186,17 km² trata-se da área rural que corresponde a 99,77% da área do Município de Naviraí (Mapa 1: Zoneamento Rural).

1.1 Histórico

O topônimo Naviraí, de origem castelhana (Navidad = natividade, Guarani; Virai = cor de matiz arroxeadado), caracteriza a folhagem de arbustos locais, no período de renovação. Observando o fenômeno durante o ciclo da erva-mate, os pioneiros da região deram ao córrego existente no local, o nome de Naviraí, posteriormente Naviraí, denominação que passou a ser adotada para toda a gleba, na época das demarcações.

O Município de Naviraí até os anos 50 era apenas um campo desabitado. Em 1952, Antônio Augusto dos Santos, Batista Atoloni, Ariosto da Riva e Vicente G. Scarabotolo compraram uma Gleba e fundaram a Colonizadora Vera Cruz Mato Grosso. Em meados de abril desde ano, pousou o primeiro avião trazendo as primeiras pessoas. Essas primeiras famílias iniciaram a construção dos seus ranchos (sapê e tronco) onde hoje é o Rancho São Lucas (este local já havia sido habitado por índios Guaranis). Os primeiros moradores vieram de barco pelo Rio Amambaí e aportaram onde hoje é a Usina Coopernavi. Em 1952 chega também o Dr. Yokio Shinozaki formado no Japão. Primeiramente essa localidade denominou-se Vera Cruz e tinha um desenvolvimento muito lento devido a falta de acesso por estradas (feita apenas pelo Rio Amambaí).

Instaladas as primeiras serrarias, em 1953, pelos pioneiros José Maria, José Kohara, Pedro Lucio, Júlio Soares de Souza, Antônio Pacola, Irmãos Buss e T. Nakagawa e diversas indústrias de beneficiamento de madeira como matéria-prima abundante na região . Em 1955 foi concluída a estrada que liga Naviraí a cidade de Dourados e a partir de então o Município começou a se desenvolver. Nesse mesmo ano, o Sr. José Rodrigues Simões inicia os trabalhos como dentista prático.



Em 1956 são construídas as primeiras salas de aula e acontece a primeira procissão com a imagem Nossa Senhora de Fátima.

Em 21/11/1958, Naviraí foi elevada a Categoria de Distrito de Paz e ganhou um escrivão, um subdelegado e um juiz de paz. Distrito criado com a denominação de Naviraí, pela Lei Estadual nº 1195, de 22-12-1958, com terras desmembradas do distrito sede do Município de Dourados, subordinado ao Município de Caarapó. Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Naviraí figura no Município de Dourados.

Em 1961 é fundada a associação Nipo-Brasileira e em 1963 começa a primeira linha regular de ônibus pela empresa Nossa Senhora de Fátima (Naviraí/Umuarama). Já em 11 de novembro de 1963, foi elevada a Município pela Lei Estadual 1944 e desmembrada de Caarapó, tendo então a emancipação político-administrativa. O projeto de criação do Município foi do Dep. Fed. Dr. Weimar G. Torres.

Constituição do distrito sede, instalado em 16-05-1965. É eleito o 1º Prefeito - Sr. João Martins Cardoso e a Lei - nº 01 de 12 de junho cria o Código de Tributos de Naviraí. Em 1968, chegam os primeiros professores: Júlio Garcia Gagnin, Luiz Aparecido de Oliveira, Valdomiro A. de Souza, Gilberto A. Pimpinati, Silvio Fernandes, Antonio Fernandes, Mário Pimpinatti, Natalício Serpa; e também é o início da construção do Grupo Escolar Marechal Rondon e é criada a Delegacia Regional de Ensino de Naviraí. Em divisão territorial datada de 31-XII-1968, o Município é constituído do distrito sede.

Em 1970 é feita a Lei 38 que dispõe sobre os símbolos municipais e a Lei 31 que cria o dia do Município. Em 1971, a Lei 63 cria a Biblioteca Pública Municipal Dom Aquino Corrêa e ocorre a Criação da Escola Normal Estadual de Naviraí (funcionando no Ginásio Estadual).

Em 1973 surgem as seguintes leis: Estadual nº3437 eleva Naviraí a categoria de Comarca. Em 11/01/1975 é Instalada a Comarca e chegam o primeiro juiz e o primeiro promotor. Em 1977 o Município passa a fazer parte do atual estado de Mato

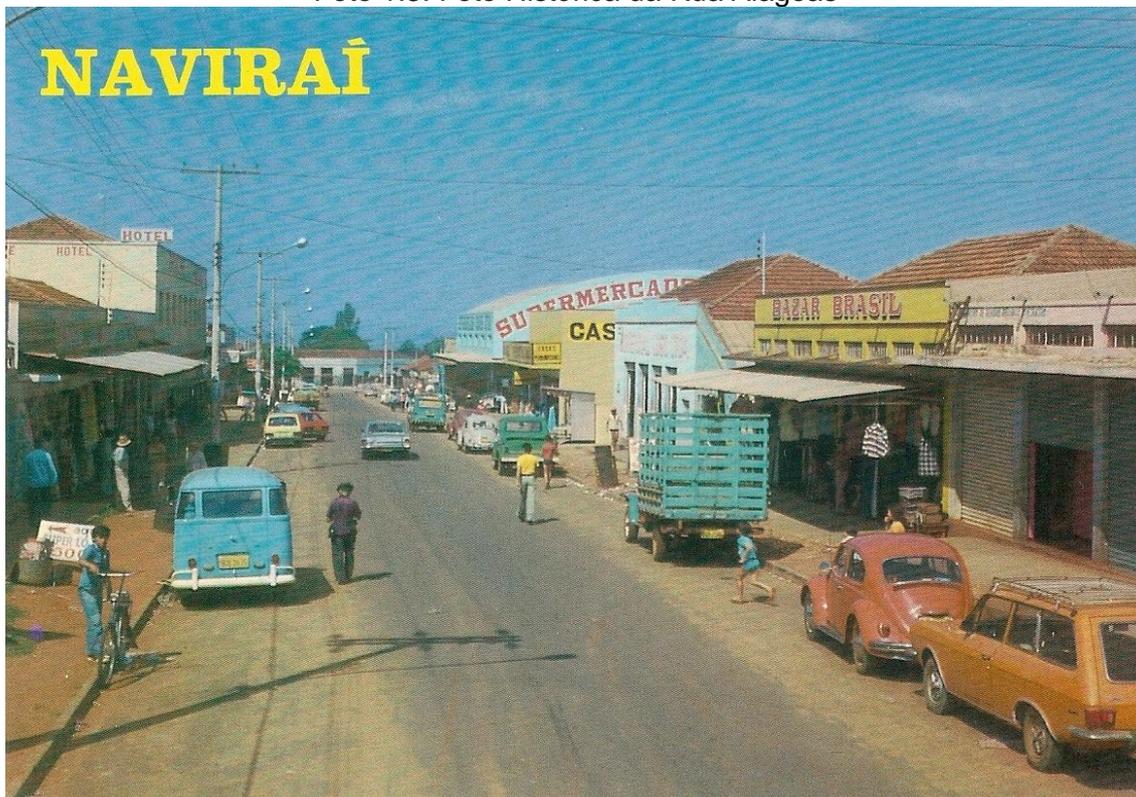


Grosso do Sul. Em 1978 pelo Decreto n.º 1566 acontecem a criação da Escola Eurico G. Dutra e é constituída a Coopasul.

Em 1980 inicia-se a Coopernavi com Naviraí no Proálcool. E em 05/04/90 ocorre a aprovação da Lei Orgânica. Em 1992 instala-se no Município a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. A Lei 659/93 cria a Fundação de Cultura (Sede Casa da Cultura no Prédio do M. Rondon Antigo).

Em 24/06/96 acontece a revisão da Lei Orgânica e em 21/06/96 é promulgada a lei do Conselho de Educação. Em 2004 acontece a inauguração da Sede Própria da Câmara Municipal de Vereadores.

Foto 1.3: Foto Histórica da Rua Alagoas



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2012.



Foto 1.4: Foto Histórica do Centro da Cidade



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2012.

Foto 1.5: Fotos Históricas da Cidade de Naviraí



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2012.



1.2 População e Taxas de Crescimento

Nos dados do IBGE/2010, Naviraí possui uma população total de 46.424 habitantes, sendo o 6º Município mais populoso do estado de Mato Grosso do Sul.

POPULAÇÕES RESIDENTES 2010

BRASIL 192.376.496

REGIÃO CENTRO-OESTE 14.058.094

Mato Grosso do Sul 2.449.024

Naviraí 46.424

Segundo estes dados, a população do Município corresponde a uma parcela de 1,895% da população total residente no estado do Mato Grosso do Sul e 0,0241% da população brasileira.

Tabela 1.1: Evolução Populacional do Município de Naviraí

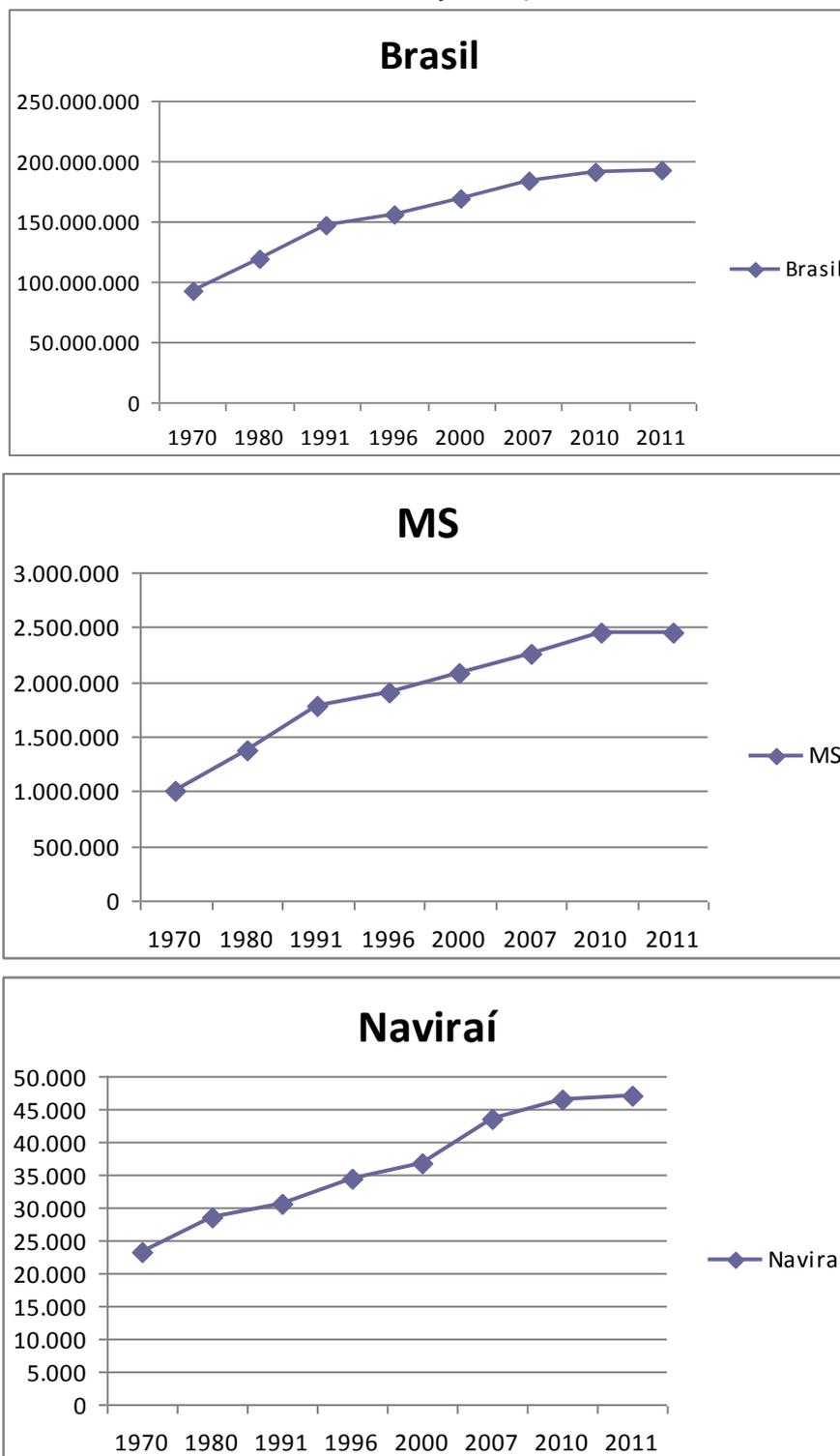
ANO	Número de Habitantes
1991	30.670
1996	34.520
2000	36.662
2007	43.391
2010	46.424
2011	47.173 (estimativa)

Fonte: IBGE – cidades, 2011.

A tabela acima e a figura abaixo mostram que a população do Município aumentou significativamente desde o ano de 1991. Esse aumento populacional deu-se pela emigração de outras cidades e outros estados em busca de uma melhora de vida.



Gráfico 1.1: Evolução Populacional



Fonte: IBGE, 2011.

A população por faixa etária, retirada dos dados do IBGE/2010, verifica-se um predomínio de jovens, a maioria entre 15 e 39 anos, que representam 44,64%, como podemos observar na tabela 1.2.



Tabela 1.2: População Residente por Grupos de Idade

Grupos de Idade	População Residente	Grupos de Idade	População Residente
0 a 4 anos	3.663	45 a 49 anos	2.971
5 a 9 anos	3.684	50 a 54 anos	2.206
10 a 14 anos	4.172	55 a 59 anos	1.677
15 a 19 anos	4.291	60 a 64 anos	1.261
20 a 24 anos	4.427	65 a 69 anos	969
25 a 29 anos	4.279	70 a 74 anos	718
30 a 34 anos	4.093	75 a 79 anos	465
35 a 39 anos	3.634	80 anos ou mais	472
40 a 44 anos	3.442		

Fonte: IBGE, 2010.

Atualmente, o Município apresenta uma densidade demográfica estimada em 14, 51 habitantes / km². Esta densidade é afetada pelas áreas rurais que circundam o Município, sendo a densidade da área urbana (7,38 km²) de 5.806,91 hab/km² e a densidade da área rural (3.186,17 km²) de 1,12 hab/km².

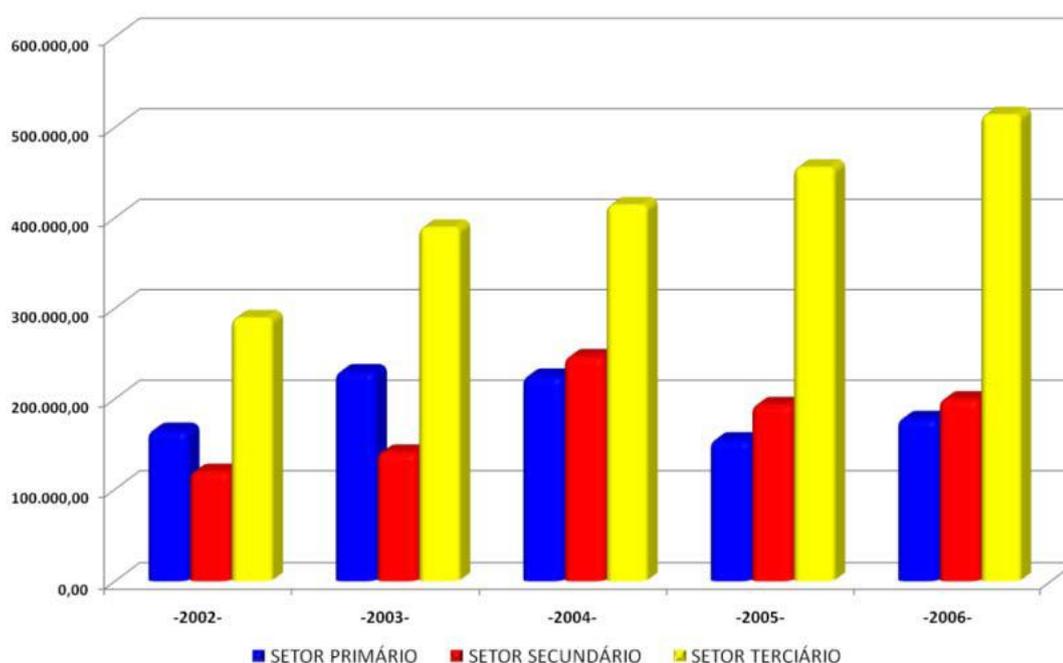
No Município, a Sede é a área onde se verifica maior concentração populacional. As maiores densidades populacionais se encontram em espaços adjacentes ao centro da cidade, e nos bairros: Sol Nascente, Jardim Oasis II e Portal Residence localizados a Sudeste da malha urbana; e os bairros: Conjunto Harry Amorim, Jardim Eldorado, Vila Primavera e Jardim Progresso localizados a Nordeste da malha urbana.



1.3 Economia Regional

A Região do Cone-sul, onde Naviraí está inserido apresenta um perfil econômico que se concentra no setor terciário com crescimento contínuo conforme gráfico 1.1 - Evolução do PIB da Região do Cone-sul 2002 a 2006, contribuindo com um peso de 4,05% da geração de riqueza. O setor secundário não tem participação significativa na Região, tendo em vista a ausência de infraestrutura e investimento no setor produtivo.

Gráfico 1.2: Evolução do PIB da Região do CONE-SUL 2002 – 2006



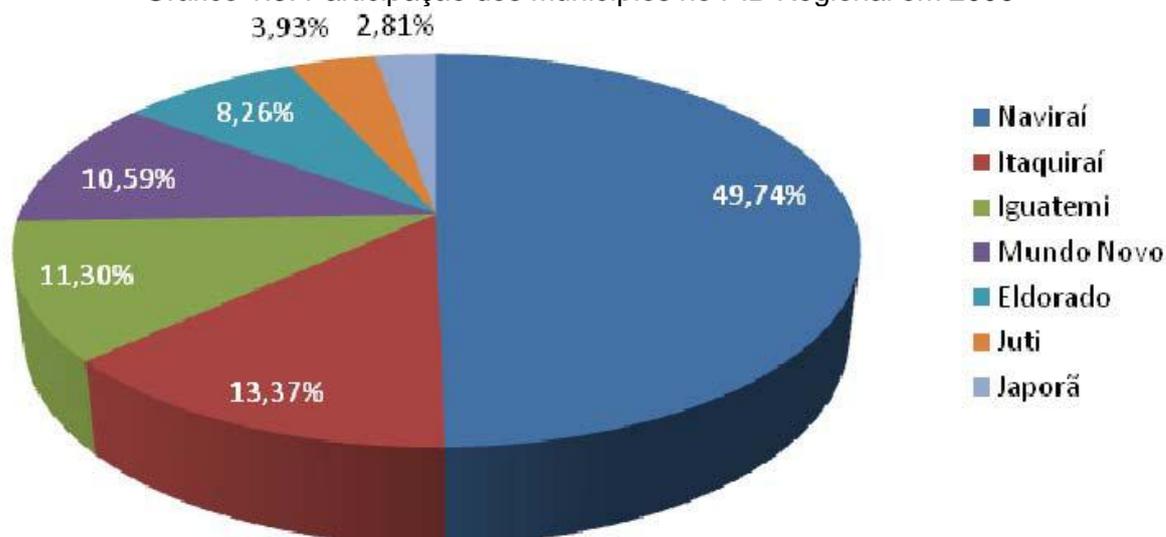
Fonte: IBGE/Coordenadoria de Contas Nacionais - CONAC, SEMAC.

Nota: Dados trabalhados pela CPPPM/SUPLAN/SEMAC, 2009.

O setor primário tem um peso significativo na composição do PIB da Região, mas, recentemente vem perdendo espaço na produção de renda, tendo em vista a estiagem prolongada dos últimos anos aliado ao surgimento do foco de febre aftosa na Região. De modo geral a participação da Região do Cone-sul no conjunto do PIB estadual era de 4,1% em 2002 e passou para 4,05% em 2006, mantendo-se em 8º lugar na composição do ranking regional do PIB estadual 2006.



Gráfico 1.3: Participação dos Municípios no PIB Regional em 2006



Fonte: IBGE/Coordenadoria de Contas Nacionais - CONAC, SEMAC.

Nota: Dados trabalhados pela CPPPM/SUPLAN/SEMAC, 2009.

A Região do Cone-sul tem um peso de 2,54% na arrecadação do ICMS estadual, possuindo pouca representatividade no conjunto da receita do Estado. O principal setor de geração deste imposto na Região foi a agropecuária com 71,41% de participação em 2007. No ano de 2005, esse percentual era de 62,90% no peso da arrecadação. O setor do comércio obteve a segunda maior participação com peso de 21,49% em 2007 e a indústria com 2,97% da arrecadação e as demais atividades juntas contribuem com aproximadamente 4,13%. A evolução da participação da arrecadação regional de ICMS do Estado teve leve queda de 0,14%.

Tabela 1.4: Arrecadação de ICMS municipal na Região do Cone-sul - R\$ 1,00

Setores	Ano de 2005		Ano de 2007	
	Valor	Peso	Valor	Peso
Comércio	11.463.251	24,65%	13.648.586,31	21,49%
Indústria	1.882.645	4,05%	1.887.469,90	2,97%
Agropecuária	29.258.159	62,90%	45.353.566,16	71,41%
Serviços	1.296.324	2,79%	1.072.662,32	1,69%
Eventuais	2.612.083	5,62%	1.547.166,27	2,44%
Total da Região	46.512.462	100,00%	63.509.450,96	100,00%
Total da Arrecadação Municipal	1.735.643.171	⁽¹⁾ 2,68%	2.498.945.372,7	⁽¹⁾ 2,54%
Total da Arrecadação Estadual	2.460.106.522	⁽²⁾ 1,89%	3.406.283.266,00	⁽²⁾ 1,85%

Fonte: Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ

Notas: Dados trabalhados pela CPPPM/SUPLAN/SEMAC, extraídos do Banco de Dados do Estado – BDE, 2009.

(1) % referente ao total da arrecadação de ICMS na Região em relação ao total da arrecadação de ICMS nos Municípios de MS.

(2) % referente ao total da arrecadação de ICMS na Região em relação ao total da arrecadação de ICMS de MS, incluindo substituição tributária.



Em 2009, a Região do Cone-sul teve peso de 2,31% da arrecadação de ICMS do Estado. O principal setor de geração de imposto foi à agropecuária, com peso de 66,26%; comércio, com peso de 26,53%; Indústria, com peso de 3,48%; eventuais, peso de 2,17% e serviços, peso de 1,56%. A evolução da participação da Região na arrecadação de ICMS no Estado teve uma leve redução de 0,23%.

A Região do CONE-SUL embora não se destaca como produtora agrícola do Estado, ela contribuiu na produção de feijão, com 20,01% da produção estadual que foi de 23.754 toneladas, cana-de-açúcar, com 17,49% da produção estadual que foi de 15.839.993 toneladas, soja, com 6,12% da produção estadual que foi de 4.846.031 toneladas, milho, com 10,75% da produção estadual que foi de 2.972.221 toneladas, trigo, com 2,22% da produção estadual que foi de 40.061 toneladas e arroz, com 0,01% da produção estadual que foi de 207.899 toneladas.

A pecuária da Região não tem muita expressividade na participação da produção estadual. Mas em 2007 destacaram-se na produção de leite com 3,55% da produção estadual que foi de 490.066 mil litros, ovino, com 5,56% do rebanho estadual que foi de 464.851 cabeças, bovino, com 4,28% do rebanho estadual que foi de 21.832.001 cabeças, suíno, com 3,31% do rebanho estadual que foi de 938.804 cabeças, aves, com 1,43% do rebanho estadual que foi de 24.540.353 cabeças e ovos com 3,35% da produção estadual que foi de 33.860 mil dúzias.

As principais rodovias que cortam esta Região são: a BR 163, principal corredor de transporte e ligação com as demais regiões; a MS 487 que faz a ligação entre a Região e o Estado do Paraná e a MS 141 que por sua vez liga a Região à BR 267, passando por algumas cidades da Região Leste. O transporte fluvial com o apoio de 03 (três) portos, localizados no rio Paraná.

1.4 Economia Municipal

Uma análise detalhada dos principais produtos agrícolas do Município de Naviraí (tabela 1.5 – Produtos Agrícolas – 2005-2010) fica evidenciada que a base da agricultura municipal e da arrecadação está na soja, no milho e na cana-de-açúcar, produtos que exigem grandes extensões territoriais. Vale ressaltar aqui, que a cana de açúcar utiliza mão de obra abundante e traz para a cidade uma população



PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Prefeitura Municipal de Naviraí - MS
Etapa II – Diagnóstico do Setor Habitacional

sem muitos recursos que acaba exigindo investimentos do Município em saúde, educação e moradia.

Tabela 1.5: Produtos Agrícolas/2005-2010

Produtos	2005		2006		2007		2008		2009		2010	
	A (ha)	P (T)	A (ha)	P (T)	A (ha)	P (T)	A (ha)	P (T)	A (ha)	P (T)	A (ha)	P (T)
Abacaxi	-	-	-	-	-	-	2	15 ⁽¹⁾	2	15 ⁽¹⁾	-	-
Algodão Herbáceo	2.509	5.853	300	772	1.767	4.502	165	483	435	1.068	140	290
Arroz	281	573	58	165	-	-	-	-	-	-	-	-
Café	20	18	20	18	20	20	20	20	5	5	5	5
Cana –de-açúcar	11.732	693.406	12.843	920.395	15.486	1.267.901	17.542	1.304.326	12.060	956.638	10.876	661.435
Feijão	1.050	1.260	1.100	1.320	1.000	1.056	673	694	830	996	327	294
Girassol	2.000	1.500	900	918	-	-	-	-	-	-	-	-
Mandioca	1.700	42.500	1.400	28.980	1.000	17.000	1.380	31.022	1.100	26.400	1.600	38.400
Melancia	1	30	-	-	-	-	-	-	6	120	-	-
Milho	11.000	31.560	21.400	92.520	29.000	125.280	33.516	143.576	33.120	86.126	35.050	147.360
Soja	51.078	103.535	50.000	90.000	43.000	121.260	43.000	112.488	47.344	122.148	47.300	153.725
Sorgo	1.150	3.795	2.000	4.726	1.400	3.360	1.838	4.566	216	765	-	-
Trigo	1.600	1.946	431	543	674	809	650	1.009	600	540	-	-

Fonte: Dados Estatísticos dos Municípios de MS, Naviraí/IBGE, 2011.

Nota: (1) Mil frutos.

Fazendo uma análise dos principais rebanhos em 2010, tem-se primeiramente um número significativo de bovinos (73,26%), principalmente gado de corte. Em segundo lugar encontram-se as aves (20,20%), em terceiro suínos (5,48%) e em quarto, equinos (1,04%). Mostra-se assim, que além de grandes extensões cultivadas o Município de Naviraí também apresenta grandes áreas de pastagens.

A estrutura fundiária de Naviraí caracteriza-se pela predominância de latifúndios, aproximadamente 86%.

A atividade industrial tem representatividade no Município com 112 empresas, onde as mais importantes atuam na área de produtos alimentícios, confecção, e construção.

Os segmentos do vestuário, construção civil, de produtos alimentares e agrícolas apresentam-se como os mais expressivos do comércio local, tanto no número de estabelecimentos quanto de mão de obra. Isso se justifica uma vez que se trata de setores voltados ao suprimento das necessidades básicas da população.



O comércio local apresenta períodos de sazonalidade: as vendas são maiores nos períodos de safras agrícolas, diminuindo na entressafra. O número de empresas prestadoras de serviços, assim como o comércio, em Naviraí é expressivo, sendo que estas estão relacionadas a atividades agrícolas, como reparação, manutenção e conservação de máquinas e equipamentos agrícolas. As atividades industriais merecem destaque na cidade, as quais empregam a maior parte da população naviraiense, entre elas podemos citar Usina Infinity Bio Energy, Frigorífico JBS, Copasul e Frigorífico Fricap, entre outras.

1.4.1 Indicadores Econômicos

Segundo o IBGE/2000, 79,77% da população de Naviraí com mais de 10 anos é economicamente ativa, o que equivale a 29.247 pessoas. Já segundo o IBGE/2010, 52,59% da população de Naviraí com mais de 10 anos é economicamente ativa, o que equivale a 24.416 pessoas. A média do Estado é de 51,39%. Do total de pessoas com mais de 10 anos, 24.416, ou seja, 93,65% da população economicamente ativa percebem até cinco salários mínimos e dessas, 22.865 recebem até três salários mínimos, correspondendo a 85,87% da população economicamente ativa. Essa diminuição na população economicamente ativa, apesar do crescimento demográfico, comprova que o Município nos últimos 10 anos recebeu famílias inteiras e não somente pessoas solteiras em busca de trabalho.

Em 2010, ainda segundo o IBGE, o rendimento nominal médio do Município (urbano e rural) era de R\$ 1.117,73. A média estadual é de R\$ 1.327,57. Em 2000, 38,80% da população não possuía rendimentos. O Atlas de desenvolvimento Humano do PNUD aponta como renda per Capita municipal o valor de R\$ 224,17 em 2000, representando um aumento de 16,52% desde 1991. Até a conclusão deste Diagnóstico não obtivemos os dados mais recentes.



Tabela 1.6: Distribuição dos componentes de renda em Naviraí

	1991	2000
Percentual da renda proveniente de rendimentos do trabalho	90,47	78,38
Percentual da renda proveniente de transferências governamentais	5,37	10,19
Percentual de pessoas com mais de 50% da sua renda proveniente de transferências	2,95	7,11
Renda per Capita	192,39	224,17

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2000.

Em 2009, Naviraí apresentava um PIB per Capita, de R\$ 15.189,29, superior a média da microrregião de Iguatemi no qual está inserido que é de R\$ 9.651,15.

Para ter um dimensionamento da importância do Município dentro do Estado e da microrregião, foi confeccionada a tabela 1.7 - Produto Interno Bruto Municipal a Preço de Mercado em Valores Correntes Município de Naviraí que mostra a evolução do PIB municipal dentro do estado e a importância do Município de Naviraí para economia local, colocando-se desde 2007 na 7ª posição estadual.

Tabela 1.7 - Produto Interno Bruto Municipal a Preço de Mercado em Valores Correntes Município de Naviraí

ano	Valor do PIB	Ranking no PIB/MS
2002	285.704.780	8
2003	384.826.520	9
2004	430.369.564	8
2005	408.612.539	8
2006	489.205.926	8
2007	532.518.933	8
2008	603.794.672	7
2009	693.041.549	7

Fonte: PIB 2002-09 MS – SEMAC/MS, 2009.

Sobre a questão de arrecadação municipal, apesar de estar localizado em uma região agropecuária com forte representação, um fato relevante é o crescimento dos comércios e serviços por arrecadação de ICMS desde 2006, que teve um aumento de mais de 216%. Outro setor que também merece destaque é o secundário (indústrias), que obteve um aumento de mais de 217% no mesmo período. (tabela 1.8- Arrecadação de ICMS, por Atividade Econômica – 2006-2010).



Tabela 1.8 - Arrecadação de ICMS, por Atividade Econômica/2006-2010 (R\$ 1,00)

Especificação	2006	2007	2008	2009	2010
Comércio	6.626.174,32	7.901.417,97	10.374.113,62	11.672.680,21	14.342.431,48
Indústria	759.527,38	844.555,61	791.085,61	1.208.366,77	2.413.617,51
Pecuária	5.374.263,71	17.556.777,53	14.531.063,91	13.079.120,13	12.402.341,20
Agricultura	7.159.428,90	15.910.580,97	19.117.179,63	11.334.742,34	9.395.360,14
Serviços	205.855,97	213.201,73	369.673,29	443.768,19	529.530,72
Eventuais	521.155,52	561.370,37	556.102,96	613.817,37	698.592,77
Total	20.646.405,80	42.987.904,18	45.739.219,02	38.352.495,01	39.781.873,82

Fonte: Dados Estatísticos dos Municípios de MS, Naviraí, 2011.

1.5 Educação

A rede municipal de ensino dispõe de 12 unidades escolares, sendo 11 na área urbana e uma na área rural. A rede estadual é composta de 06 unidades educacionais. O Município conta ainda com 04 unidades da rede particular de ensino.

Há quatro Instituições de Ensino Superior no Município: Faculdades de Ciências Contábeis de Naviraí - FACINAV; Faculdades Integradas de Naviraí – FINAV; Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS (campus) e Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS (Unidade Universitária), existem outras ainda instituições que oferecem cursos de Ensino Superior via internet para o Município.

Com relação ao ensino técnico, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAI e Microlins - Unidade NAVIRAÍ, oferecem cursos em áreas diversificadas.

1.5.1 Analfabetismo

Como consta no “Diagnóstico Socioeconômico de MS/2011” da SEMAC/MS, a região de Naviraí (microrregião de Iguatemi) possui o mais baixo percentual de taxa de alfabetização do estado de Mato Grosso do Sul com 87,80% da população alfabetizada. O Município conta com uma taxa de analfabetismo superior à da região que é de 12,20% contra seus 18,23%. O percentual de alfabetização da população



15 ou mais de idade, em 2010, era de 89,9% quando consideradas pessoas com mais de cinco anos. Apesar de existirem possibilidades de complementação no ensino, das 13.736 pessoas que estavam em atividade de estudo em 2010, nem 30% se dedicavam ao nível médio, superior ou de pós-graduação.

Apenas 18,11% da população municipal possuem ao menos o segundo grau completo e apenas 35,09% da população total estava em atividades de estudo em 2010. De acordo com o IBGE, de um total de 3.529 pessoas com mais de 15 anos com um ano ou menos de instrução, em 2010 só 161 frequentavam cursos de educação de Jovens e Adultos (EJA).

1.6 Saúde

O Município faz atendimentos de saúde na Atenção Primária e Média Complexidade, as de Alta Complexidade são atendidas em centros maiores, como por exemplo, Dourados/MS e Umuarama/PR. Para o atendimento pré-hospitalar o Município dispõe de ambulâncias.

A Unidade de Saúde é responsável pelo serviço ambulatorial e abriga os serviços de atendimentos básicos realizados por meio de consultas médicas, atendimento de enfermagem, serviço de imunização, odontologia, fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, exames laboratoriais, radiologia, ultrassonografia, eletrocardiograma e farmácia básica.

Os atendimentos domiciliares acontecem mediante necessidade manifesta do usuário, seus familiares ou do agente comunitário de saúde – Programa Saúde da Família. As visitas são previamente agendadas e realizadas pelos médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem.

O serviço de vigilância sanitária foi constituído através da lei municipal nº1. 111/03 e pela lei nº 1112/93. Foi habilitada para executar ações básicas, capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir sobre os problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos, serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população em geral.



Quanto aos indicadores de longevidade e de mortalidade pode-se afirmar que a esperança de vida ao nascer no Município é de 71%, o que é considerado razoável, assim como a probabilidade de sobrevivência até 60 anos que é de 36,48%, segundo dados do IRS-MS 2011.

1.7 Indicadores Sociais

Existem vários indicadores sociais que analisam o desenvolvimento e as condições humanas dos Municípios, alguns a nível estadual e outros a nível nacional. Estes números, apesar da grande variação dependendo da fonte da pesquisa e do seu grau de confiabilidade, servem de base para uma análise preliminar de diversos aspectos que envolvem as administrações municipais. Além disso, podem ajudar no direcionamento de ações e investimentos nas áreas mais deficientes.

1.7.1 Índice de Responsabilidade Social de Mato Grosso do Sul (IRS-MS)

O Índice de Responsabilidade Social do Estado de Mato Grosso do Sul - IRS-MS orienta-se pela temática ambiental, que permeia as relações de produção, de riqueza e de melhoria na qualidade de vida, compreendendo-se que trabalho, emprego, renda e redução das desigualdades permitirão ao Estado alcançar o desenvolvimento socioeconômico desejado.

A construção deste índice, no Estado de Mato Grosso do Sul, deu-se a partir de 2003, com base na experiência do Índice Paulista de Responsabilidade Social - IPRS, com a metodologia desenvolvida pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE do Estado de São Paulo, que celebrou convênio de Cooperação Técnica – Científica com a SEMAC – Secretaria de Estado de Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. A elaboração do IRS-MS também contou com a colaboração do Departamento de Economia e Administração da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.



Esta ferramenta permite ao Estado disponibilizar informações técnicas aos gestores públicos e à sociedade, tratadas a partir de dados e informações dispersos em instituições e capturados por diversos mecanismos. As dimensões utilizadas no cálculo do IRS-MS são as mesmas utilizadas para o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH.

O IRS-MS é constituído de quatro indicadores, sendo três deles setoriais e uma tipologia constituída de grupos. Os indicadores setoriais de riqueza, longevidade e escolaridade são compostos, cada um deles, por quatro variáveis. As variáveis foram expressas em uma escala de 0 a 100 e a estrutura de ponderação foi obtida por meio de análise fatorial. A tipologia de cinco grupos, constituídos por meio da análise de *cluster*, agrega Municípios com padrões semelhantes de riqueza, longevidade e escolaridade.

O Indicador de Riqueza mescla variáveis que mensuram a riqueza do Município (representada pelo total do consumo de energia elétrica na agricultura, no comércio e nos serviços, por pontos de ligação, e o Valor Adicionado Fiscal per capita), com variáveis que dimensionam a riqueza das famílias (representada pelo consumo residencial de energia elétrica por pontos de ligação, e a remuneração média dos empregados com carteira assinada e do setor público).

As variáveis do Indicador de Longevidade medem as taxas de mortalidade nas faixas etárias em que a sua incidência é maior. As mortalidades perinatal e infantil refletem, em grande medida, as condições de assistência à saúde e de infraestrutura sanitária dos Municípios. A mortalidade entre 15 e 39 anos ocorre, na maioria dos casos, em razão de acidentes no trânsito, envolvimento com drogas e com a criminalidade. Essa taxa detecta problemas relacionados à população adolescente e adulta jovem na área da segurança pública.

No indicador escolaridade foram utilizadas as taxas de matrículas da pré-escola e do ensino médio para avaliar se as matrículas efetuadas no ensino pré-escolar e no ensino médio atendiam ao total da população na faixa de idade correspondente nos diferentes Municípios. Como para o ensino fundamental o número de vagas supera a população na faixa etária correspondente, optou-se por fazer uso da distorção idade-série.



Naviraí encontrava-se desde o início no grupo 2 do IRS – MS entre os Municípios com média riqueza, e no caso desse Município com longevidade e escolaridade média também. Entre os anos de 2003-2005 ocupava o 19º lugar no ranking de riqueza caindo para 22º em 2007 e subindo novamente para 17º em 2009; na longevidade 43º (2003), 48º (2005), 50º (2007) e 32º (2009); e na escolaridade 27º (2003), 19º (2005), 14º (2007) e 10º (2009).

1.7.2 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Os índices de desenvolvimento humano e de condições de vida, para todos os países, são publicados a cada ano, desde 1990, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Relatório do Desenvolvimento Humano Internacional, apresentando-se de três formas:

a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado com base nas mais recentes estatísticas oficiais brasileiras e em dados fornecidos pelo Banco Mundial. O IDH representa três características desejáveis e esperadas do processo de desenvolvimento humano: a **longevidade** de uma população expressa pela esperança de vida; seu **grau de conhecimento**, traduzido por duas variáveis educacionais, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos três níveis de ensino; e a sua renda ou PIB per capita, ajustada para refletir a paridade do poder de compra entre os países.

O índice se situa entre os valores 0 (zero) e 1 (um). Os valores mais altos indicam níveis superiores de desenvolvimento humano. Segundo a classificação utilizada nos RDH internacionais é possível enquadrar os países em três categorias, segundo os valores observados para o IDH:

- $IDH < 0.500$ = País com Baixo Desenvolvimento Humano;
- $0.500 < IDH < 0.800$ = País de Médio Desenvolvimento Humano;
- $IDH > 0.800$ = País de Alto Desenvolvimento Humano.

Em 2000 o IDH do Município era de **0,751**, sendo este índice considerado médio e ocupando a 32ª posição no estado.



b) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que focaliza o Município como unidade de análise, e tem metodologia similar à do IDH. O IDHM é baseado nas mesmas três dimensões do IDH. As diferenças entre o IDH e o IDHM são duas: primeiro, no que diz respeito à dimensão educação, uma das variáveis do IDHM é o número médio de anos de estudo, ao passo que no IDH tem-se o nível de matrícula combinada dos três níveis de ensino; além disso, o IDHM utiliza como variável representativa da renda, a renda familiar per capita média, ao passo que o IDH utiliza o PIB per capita medido em dólares corrigido por um índice de paridade do poder de compra.

1.7.3. Vulnerabilidade Familiar

Para caracterizar a vulnerabilidade no Município de Naviraí podemos constatar que o número de mulheres chefes de família corresponde a 33,14% do total de famílias e que a renda familiar de 85,87% da população economicamente ativa é de até 03 salários mínimos.

O Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento das famílias, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CADÚNICO, bem como analisar um grupo de famílias ou mesmo o total de famílias do Município.

Como outros indicadores que abordam a pobreza em diversas perspectivas, o IDF varia entre 0 e 1 e, quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador.

A unidade de análise do IDF é a família e não o indivíduo. No entanto, o indicador de cada família se constrói a partir dos dados pessoais de seus integrantes.

Para contemplar as diversas dimensões da pobreza e a forma como elas afetam o desenvolvimento dos indivíduos dentro de um núcleo familiar, o IDF foi elaborado a partir de seis aspectos, conforme elencado na tabela abaixo.



Tabela 1.9: Índice de Desenvolvimento Familiar

Vulnerabilidade	0,68
Acesso ao conhecimento	0,33
Acesso ao trabalho	0,20
Disponibilidade de recursos	0,41
Desenvolvimento infantil	0,95
Condição Habitacional	0,85

Fonte: Síntese de Programas Sociais – Cadastro Único - Ministério do Desenvolvimento Social, 2010.

1.8 Aspectos Físico-territoriais

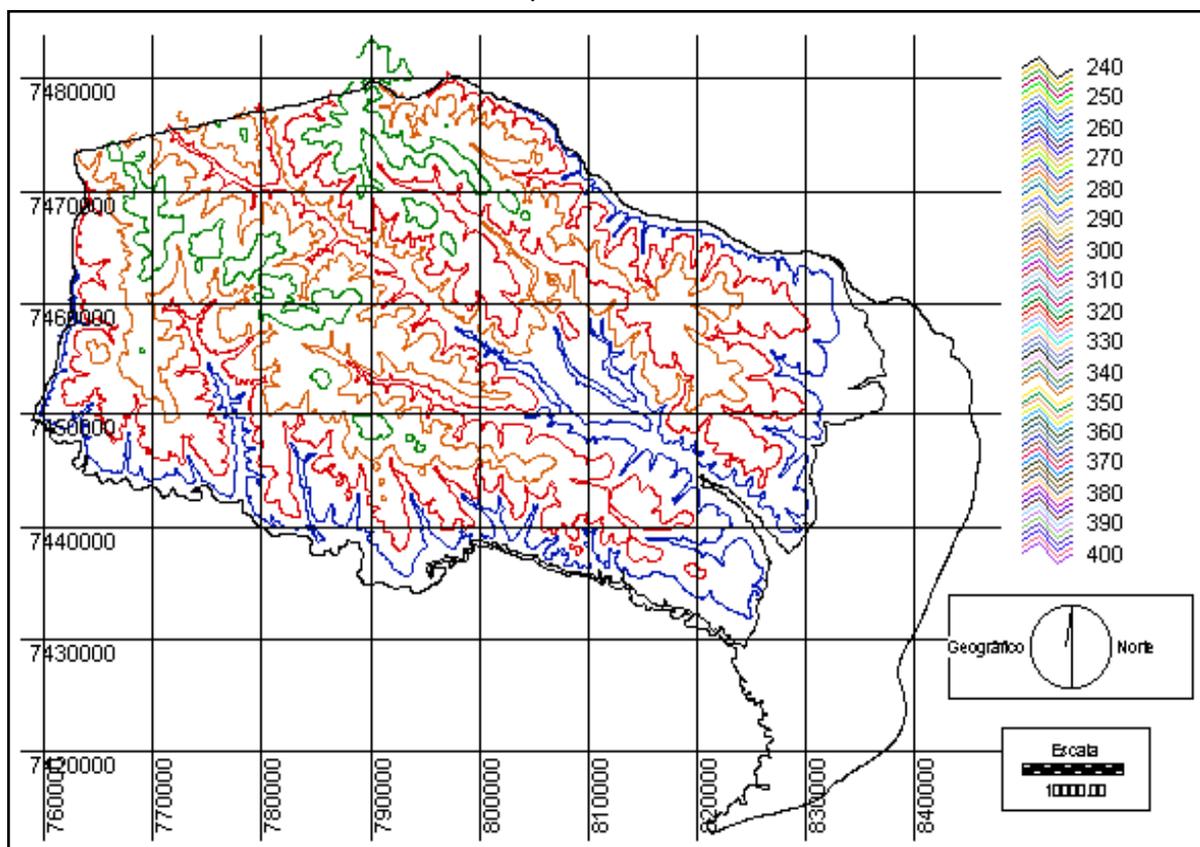
1.8.1 Relevô

A maior parte da área do Município esta inserida em relevos que variam do plano ao ondulado, ou seja, mais de 68% do território de Naviraí - MS apresenta declividade de 0% a 3%, e mais de 99% encontra-se entre 0 a 12% de declividade.

O Município de Naviraí - MS apresenta alta aptidão à agricultura mecanizada e baixa suscetibilidade à erosão, no que diz respeito ao fator declividade.

No mapa das classes de declive foram consideradas as seguintes classes: Plano (0-3%), Suave ondulado (3-6%), Ondulado (6-12%), Forte ondulado (12-20%), Montanhoso (20-40%) e Escarpado (>40%).

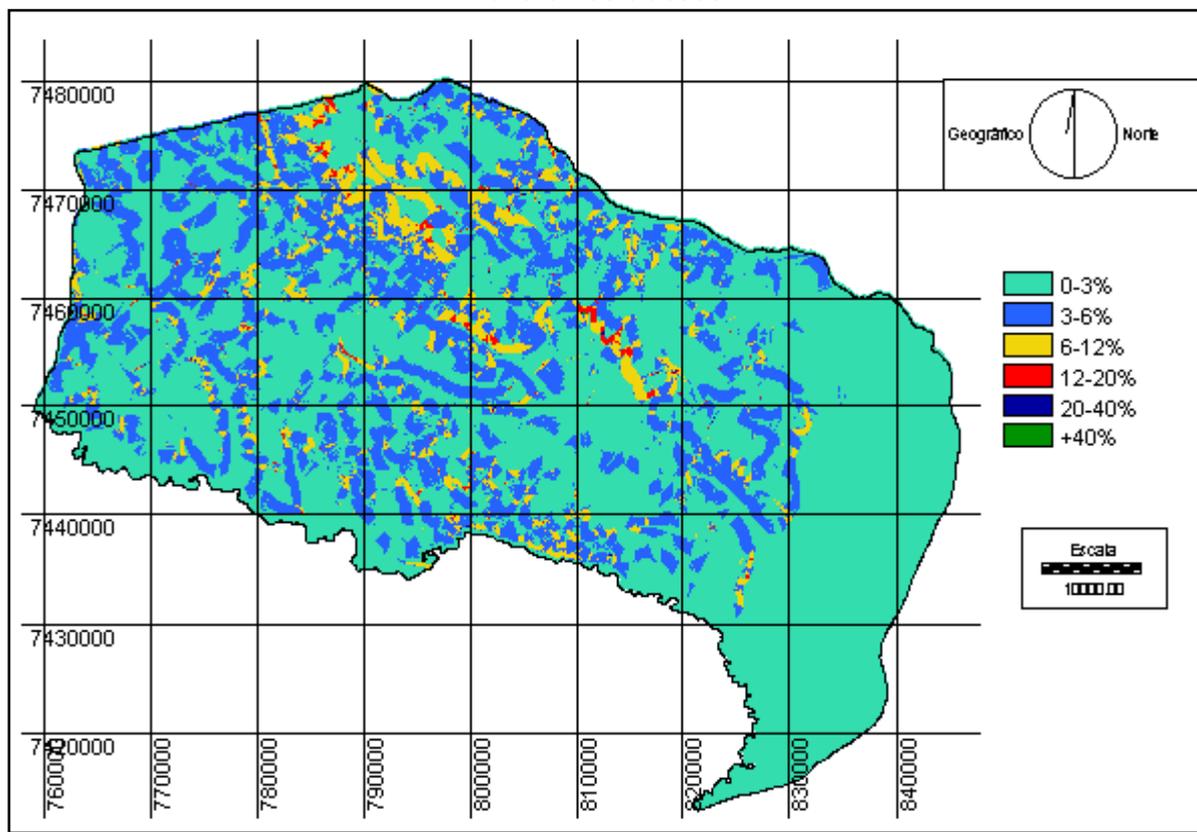
Figura 1.6: Mapa de Naviraí - MS com linhas coloridas representando as curvas de nível com equidistância de 40m



Fonte: Agnaldo Massau Sato, 2006.

De acordo com a Figura 1.7, podemos observar que as áreas de menor declividade, de 0 a 3%, ocupam acima de 68% de todo o Município e estão distribuídas praticamente em todo seu território. Esta informação permite auferir que o Município apresenta-se basicamente plano. Levando-se em consideração apenas o fator declividade, Naviraí não necessita de maiores atenções no tocante à suscetibilidade à erosão hídrica. Se forem consideradas as classes de declive de 0 até 12 %%, verifica-se que a maior parte do Município situa-se sobre terreno relativamente plano, pois este intervalo cobre 99,44 % da área total.

Figura 1.7: Mapa das classes de declive de Naviraí - MS, com cores identificando as diferentes classes



Fonte: Agnaldo Massau Sato, 2006.

1.8.2 Hidrografia

O Município de Naviraí pertence à bacia hidrográfica do rio Paraná na sua porção oriental. E também faz parte de mais duas sub bacias: Amambaí e Ivinhema. Os principais rios são Curupaí, Laranjaí, Amambaí e Paraná.

1.8.3 Clima

Naviraí possui um clima tropical de altitude, com precipitação pluviométrica média anual de 64,7 mm, caracterizado pelo verão chuvoso e inverno seco.

A temperatura média das máximas é de 28°C a média está em torno de 22°C e a média das mínimas é de 12°C.



O período de chuva tem início em setembro e termina em março/abril com maiores precipitações de dezembro e janeiro. A precipitação média anual é de 1.400 mm. O mês mais chuvoso é janeiro, com precipitações em torno de 220 mm.

1.8.4 Vegetação

A análise da vegetação do Município de Naviraí revela a presença de fisionomias da Savana e domínio de mata tropical, sua principal característica são as árvores emergentes decíduais. Peroba, cedro, angico-vermelho e canafístula. Com o passar de tempo esta vegetação vem sendo descaracterizada devido a ações antrópicas.

1.9 Infraestrutura Física

1.9.1 Domicílios

O total de domicílios/famílias do Município, segundo dados do IBGE, no ano de 2010 é de 14.690. O material de construção utilizado das edificações é na maioria, a alvenaria de tijolos, presente em 8.198 edificações. A madeira é utilizada em 1.426 edificações, 6 edificações em taipa, 35 edificações em material aproveitado. O estado de conservação das edificações é de uma forma geral bom.

Neste Município, em 2000, havia 395 moradores vivendo em aglomerados subnormais (favelas e similares).

Em 2010, 93,8% dos domicílios particulares permanentes contavam com o serviço de coleta de resíduos e 99,4% tinham energia elétrica distribuída pela companhia responsável (uso exclusivo).

Para ser considerado proprietário, o residente deve possuir documentação de acordo com as normas legais que garantem esse direito, seja ela de propriedade ou de aluguel. A proporção de domicílios, em 2010, com acesso ao direito de propriedade (própria ou alugada) atingem 87,9%.



Na tabela abaixo é possível observar as características domiciliares quanto aos serviços de saneamento básico oferecido a população.

Tabela 1.10: Características dos Domicílios Particulares Permanentes – 2010

Especificação	Quantidade de Domicílios
Total	14.690
Forma de Abastecimento de Água	
. Rede Gera	13.582
. Poço ou Nascente	936
. Outra	172
Existência de Banheiro ou Sanitário	
. Tinham	14.645
. Não tinham	45
Destino do Lixo	
. Coletado	13.785
. Outro Destino	905

Nota: Censo Demográfico – Resultados preliminares.

Fonte: SEMAC/MS, 2011

Como instrumento de planejamento territorial este Município dispõe de Plano Diretor Municipal, porém este é deficientes em vários cenários/tópicos, necessitando urgentemente de revisão.

O Município declarou em 2008 ao IBGE, não existirem loteamentos irregulares, mas existirem favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados, porém este dado não condiz com a realidade observada pela consultoria e até mesmo por informações obtidas informalmente com o Grupo Técnica Temático.

Neste Município, não existe processo de regularização fundiária e urbanização de assentamentos, tampouco existe legislação municipal específica que dispõe sobre regularização fundiária, não existindo também um plano ou programa específico de regularização fundiária.



1.9.2 Energia Elétrica

A operação e administração do sistema e distribuição de energia elétrica de Naviraí ficam a cargo da ENERSUL – Empresa de Energia do Mato Grosso do Sul S/A.

O abastecimento de energia elétrica do Município atende a 99,9% das residências e a Iluminação Pública atinge 92% do perímetro urbano.

A ENERSUL em 2010, segundo dados obtidos no SEMAC/MS, atende 16.669 consumidores, sendo as ligações residências 14.290, Industrial 132 ligações, Comercial 1.304 ligações, 751 ligações Rurais e 139 ligações destinadas ao Poder Público. Em Naviraí, conforme dados do IBGE de 2010, 68 domicílios não possuem energia elétrica.

1.9.3. Abastecimento de Água

O tratamento e o abastecimento de água em Naviraí, como a maioria dos Municípios sulmatogrossenses é realizado pela Empresa de Saneamento do Mato Grosso do Sul – SANESUL, que utiliza como captação água subterrânea

A área urbana é totalmente atendida. Existe apenas um prédio no Município que utiliza água de um poço tubular profundo particular.

Abaixo segue dados do fornecimento de água potável no Município, segundo dados do SEMAC/MS de 2010:

- Volume Produzido (m³): 3.009.662
- Ligações Reais: 15.010
- Volume Consumido (m³): 2.288.023
- Economias Reais: 14.666
- Volume Faturado (m³): 2.536.578
- Extensão da Rede (m): 188.423,45



1.9.4 Escoamento Sanitário

O Município apresenta uma situação oposta a do abastecimento de água tratada, ou seja, dispõe de uma pequena porcentagem de sistema de tratamento coletivo de esgoto. A forma de escoamento sanitário mais difundido é a de fossa séptica, principalmente a ligada à rede pluvial. Existe no Município a exigência do uso de fossa séptica e filtro anaeróbico em todas as construções, apesar de poucas delas seguirem as exigências.

1.9.5 Resíduos Sólidos

No Município de Naviraí a limpeza urbana está a cargo da Administração Municipal, que realiza o serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos. A coleta regular domiciliar é feita com o caminhão da prefeitura. O lixo coletado no Município é levado a um aterro.

As propriedades da área urbana são atendidas em 100% pela coleta pública do lixo, porém algumas famílias ainda tem o hábito de enterrar ou até mesmo queimar os resíduos, como pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 1.11: Destino do lixo nos domicílios, 2010

Coletado	13.785 domicílios
Coletado por serviço de limpeza	13.732 domicílios
Coletado em caçamba de serviço de limpeza	53 domicílios
Queimado (na propriedade)	738 domicílios
Enterrado (na propriedade)	101 domicílios
Jogado em terreno baldio ou logradouro	4 domicílios
Jogado em rio lago ou mar	Sem informação
Outro destino	62 domicílios

Fonte: IBGE 2010.



1.10 Ocupação Urbana

O tecido urbano de Naviraí começou a se formar com o início da colonização da região, por volta do ano de 1960. A ocupação foi condicionada a estrutura fundiária do período da colonização, com a demarcação dos lotes coloniais sendo feita paralelamente as picadas iniciais.

Apesar de pequena, a expansão da cidade desde a colonização, seguiu um plano urbanístico obedecendo a uma lógica de assentamento, o qual se pode classificar como uma ocupação não espontânea. O crescimento organizado, do início da colônia continuou à medida que a cidade se desenvolveu e ainda é característico no Município.

A área urbana apresenta características predominantemente residenciais. O uso residencial é caracterizado pela predominância de unidades unifamiliares.

1.10.1 Habitação

A evolução da questão urbana e habitacional no Município foi através de conflitos de interesses entre diferentes forças políticas, apropriação desigual da riqueza e das terras urbanas, entre outros.

A problemática atual da habitação em Naviraí relaciona-se com a forte dependência econômica no setor agrícola, que apresenta sazonalidade, o que reflete no poder aquisitivo da população, fazendo com que grande parte da população acabe não apresentando condições financeiras para suprir as condições de moradia.

Os principais problemas habitacionais identificados no Município são a presença de moradias precárias, com mal estado de conservação, sem instalações sanitárias ou com as mesmas em péssimas condições de uso; moradias cedidas por terceiros; ilegalidade fundiária (muitos terrenos sem escritura, vendidos por contrato); falta de escoamento sanitário adequado (fossa rudimentar, valas); construções em área de risco e/ou de proteção ambiental (próximos aos cursos de



água, nas margens das rodovias); edificações com cômodos reduzidos, além do adensamento excessivo e a presença de famílias conviventes.

Foram identificados assentamentos precários no Município, com problemas de infraestrutura, irregularidade fundiária e em áreas de risco. O Município possui alguns conjuntos habitacionais construídos através de convênio entre, Prefeitura Municipal e Caixa Econômica Federal que tentaram diminuir o déficit habitacional existente.

Com relação a terra urbanizada, em Naviraí o custo da terra é médio, o que pode, algumas vezes, dificultar possibilidades de soluções para o problema habitacional através dos mecanismos de mercado.